

Apresentação | Artigos Livres

Caminhos para a História

Luís Carlos Albano Duarte Sousa (UFMG)

Apresentar a seção de Artigos Livres da presente edição da *Temporalidades* não constitui tarefa fácil, tendo em vista os trinta artigos que a compõem. No entanto, podemos realizar esse trabalho destacando cinco eixos temáticos que articulam todos os textos, ampliando a proposta do dossiê temático desta edição – “História e Teoria da História: conceitos, métodos e ensino”. Dessa forma, encontramos textos que analisam 1) o ambiente e a saúde; 2) os periódicos e as construções literárias e filosóficas; 3) a idade média, os viajantes e os cronistas; 4) raça e gênero; 5) e, por fim, o Brasil e os cenários internacionais. A interdependência desses eixos temáticos faz com que a ordem de apresentação não seja estática. Nesse sentido, buscamos estabelecer um fio condutor que torne mais fácil ao leitor encontrar as conexões que levam a compreender a razão de amalgamar textos tão diversos em torno de um só aspecto historiográfico, que questiona a produção de conhecimento nos mais distintos lugares, nas mais diversas épocas.

Encontramos, por exemplo, uma análise do conhecimento sobre o câncer nos relatos jesuítas de século XVIII em “Between Goa and America: knowledge about cancer in two books written by Jesuits (XVIII century)”. Bernardo Ternus de Abreu insere os saberes locais e as observações empíricas no campo das ciências naturais, compreendendo-as como fundamento no processo de construção das redes de contato. Rapidamente, podemos recordar o conceito de “colonialidade do poder” desenvolvido no artigo “Análise panorâmica da gênese do movimento agroecológico no Brasil: ecologia decolonial versus colonialidade do poder (1960 – 2014)”, de Emerson da Silva, para refletirmos sobre os processos de globalização (dos quais os jesuítas são exemplo nos séculos anteriores) que levaram à gênese do movimento agroecológico no Brasil.

Ademais, os conflitos socioambientais desvelados por Layson Mota Machado no texto “‘Que a gente só vê calamidade, só vê sofrimento’: conflitos socioambientais da UHE de Estreito (MA) no

Acampamento Coragem” evocam as territorialidades em disputa e suas consequências culturais e identitárias. Questões intrinsecamente ligadas à saúde, na medida em que tomamos conhecimento do “itinerário público da loucura” em “Nos porões da loucura’ (1979): narrativas da imprensa escrita sobre o Hospital Colônia de Barbacena”, no qual Maria Fernanda Pimenta Fróis demonstra como o Hospital Colônia de Barbacena (MG) suscita uma espécie de cartografia da sanidade, demarcando territórios específicos para questões que fugiam à “normalidade” pública. São sentimentos captados por meio da circulação em periódicos da época, o que nos leva a um outro eixo temático, já que boa parte dos artigos dessa seção (ao menos cinco, diretamente) utilizam periódicos em suas metodologias.

Os trabalhos com periódicos podem ser subdivididos em dois aspectos: culturais e políticos. No texto de Verônica Toledo Saldanha e Renato Machado Saldanha, “A presença das touradas em Ouro Preto na década de 1880”, somos apresentados aos ideais de modernidade na transição entre mundo rural e o urbano no final do século XIX, em suas representações nos jornais da época. Na mesma esteira, Elielton Gomes, em “Pelos currais, praças, teatros, ruas e clubes de Belém do Pará: as animações da quadra junina nos anos de 1950”, demonstra como elementos culturais noticiados na época envolviam as populações de Belém do Pará nos seus diversos níveis, compartilhando as práticas cotidianas retratadas nas opiniões jornalísticas. As disputas políticas também ocuparam lugar de destaque nos periódicos, como notamos em “El centenario de la Carta General de 1922: disputas limítrofes entre Minas Gerais y Goiás en la revista A Informação Goyana (1922-1924)”, artigo de Moema Vergara e Andressa de Sousa Braz. Aqui, a divulgação de uma ideia de nação a partir das efemérides do centenário da Independência do Brasil serve de *locus* para a análise do federalismo diante dos choques entre o poder central e as autoridades locais, voltando à questão da territorialidade. E não só: em “As representações da Folha de São Paulo sobre o PTB no regime presidencial de João Goulart (1963)”, Eric Patrick Silva de Faria Rocha nos leva a perceber como posturas politicamente ativas do século XX caracterizam representações importantes para o entendimento das dinâmicas sociopolíticas, a partir do exemplo do governo João Goulart.

Dentro do âmbito de construções literárias, os trabalhos são unidos pela noção de identidade. “Por uma história das sensibilidades na literatura nigeriana contemporânea: modernidade e tradição em Notas sobre o luto (2021) de Chimamanda Adichie”, de Evander Ruthieri da Silva e Ana Luiza Baldin Fidelis, analisa a construção dessas identidades nacionais a partir do romance nigeriano, implementando perspectivas mais recentes por meio de uma abordagem decolonial. No mesmo sentido, “Os Outros de Ryukyu/Okinawa: Tessituras Identitárias no Discurso Literário”, de Gabriela Franco Uechi, toma emprestada a linguagem para demonstrar como ela molda a identidade e a

representação do “outro”. O próprio conflito identitário de Albert Camus na Revolução Argelina é tema de “A dupla nacionalidade em Albert Camus: identidades e conflito de interesses durante a Revolução Argelina (1954-1962)”, artigo de Raissa Efrem. Ailton Krenak também é invocado, em “Ideias para adiar o fim do sonho (e do sonhar): aspectos da vida onírica para Ailton Krenak”, de Rômulo Rossy Leal Carvalho Leal Carvalho, para propor uma espécie de cosmovisão alternativa diante das tradições ocidentais, do capitalismo e do colonialismo. Lissia Stingham Chagas, em “O envelhecimento e a velhice no Brasil sob a ótica das expulsões, de Saskia Sassen”, propõe a categorização da velhice e do envelhecimento no Brasil à luz do conceito de Sassen para pensar os impactos culturais, políticos e econômicos, aproximando-se da filosofia.

Aliás, podemos afirmar que todo trabalho histórico carrega consigo questionamentos de ordem filosófica no campo da Teoria da História. Nesta seção, dois artigos em especial aproximam-se mais diretamente da filosofia. O tema da objetividade e da subjetividade em Wittgenstein é celebrado, por Mateus Ântoni Moreira da Silva Maciel, em “Alma em linguagem: o anímico na filosofia de Wittgenstein”, no qual o autor aborda conceitos da psicologia e desvela um outro traço comum a todos os trabalhos dessa seção: a interdisciplinaridade. E é apenas dessa maneira que podemos ter contato com elementos como sentimento e afeto na análise desenvolvida por Paola Padilha em “Kitsch, memória e intimidade: elementos de um patrimônio menor”. Além do mais, não deixamos, aqui, de vislumbrar a circulação de conhecimento da qual os periódicos e outros impressos efêmeros participam.

Um recuo, no entanto, leva-nos à idade média para estabelecer vínculos com dois movimentos aqui presentes de forma mais abrangente: colonialismo e historiografia. As estruturas imperiais e as linguagens de dominação na Irlanda medieval são estudadas por Luan Morais no artigo “‘Aquela gente bárbara, inculta e ignorante da lei divina’: estruturas imperiais e linguagens de dominação na Irlanda medieval (séculos XII-XIII)”, no qual foram invocadas estruturas político-culturais para discutir autoridade e território, confirmando a coesão dos temas mais amplos que permeiam nossos eixos temáticos. Sobretudo, trata-se de uma espécie de superação dos limites conceituais em torno da noção de “colônia”, numa tentativa de conceder à realidade estudada a complexidade que lhe é característica. E, nesse sentido, Nathalia Marques Bandeira, “O impacto da Idade Média Global na historiografia brasileira (2016-2024)”, demonstra muito bem a utilização de novas abordagens, a exemplo do medievo sob a ótica do global, inserindo aspectos da Afro-Eurásia em temas profundamente marcados apenas pela Europa Ocidental.

Alguns trabalhos conseguem mesclar mais diretamente diversos temas que permeiam e conectam dois ou mais dos eixos temáticos por nós suscitados para esta apresentação, como é o caso do artigo de Milena Ferrarini e Adriana Mocelim, “A construção de heroísmo e cavaleirismo no além-mar dos Infantes de Avis pelo olhar de Gomes Eannes de Zurara na Crônica da Tomada de Ceuta (1415-1450)”, no qual Portugal da época medieval desperta uma análise do discurso cronístico, tomando a narrativa como ferramenta política. Tradição esta continuada muito além do medievo, como percebemos em “Saber navegar é preciso: remeiros e pilotos indígenas na Viagem Filosófica pela Amazônia (1783-1792)”, de Gabriela Berthou de Almeida. Aqui, podemos perceber como representação e território se fundem, desvelando no relato da viagem pela Amazônia portuguesa de século XVIII a influência e o protagonismo dos colaboradores locais nas representações desses relatos de viajantes.

Não podemos, entretanto, deixar de garantir lugar a temas caros a uma historiografia que se dispõe à interdisciplinaridade e ao questionamento de sempre novos objetos, garantindo a pluralidade analítica que podemos encontrar ao longo dessa sessão. Raça e gênero figuram em destaque, como categorias que ganham espaço depois de longos silenciamentos. Novas tendências historiográficas permitem análises como a que encontramos no artigo “A desconstrução do escravizado e o baixo número de revoltas no Vale do Paraíba fluminense”, no qual Alan de Carvalho Souza busca compreender as formas de negociação empreendidas pelos africanos escravizados do Vale do Paraíba entre 1830 e 1840 como formas de resistência. A partir disso, é de suma importância uma revisão da produção científica brasileira, inserindo a questão do lugar do debate quilombola na academia. Danilo Borges, em “Qual o lugar da discussão quilombola? Uma análise descritiva da categoria quilombola na produção científica brasileira”, nos convida a essa postura com uma contribuição oriunda da área da Comunicação, reforçando o caráter transdisciplinar e fornecendo uma revisão que pretende dar visibilidade ao tema. Causas mais atuais também prescindem daí, como a memória por meio da representatividade negra na contemporaneidade, especificamente no caso de personalidades racistas que persistem em monumentos erguidos em espaços públicos, tratados por Rafael Dantas de Oliveira e Simone Rocha de Abreu em “Flávio Cerqueira: vozes erguidas, monumentos caídos”.

Metodologias próximas podem ser encontradas nos estudos de gênero disponíveis nesta seção, que, em seu conjunto, analisa a trajetória de mulheres em diferentes períodos históricos. “Memória e gênero: presença das mulheres na construção da paisagem da Baía de Guanabara – RJ”, de Bárbara Boy Oliveira, tem, na incisividade do seu título, o exemplo mais contundente dessa aproximação. Ademais, o comportamento feminino também foi alvo de construção discursiva no século XIX, como

demonstram Caroline Ivanski Langer e Natalia Piccoli em “Prescrições salutares: controle social e moral de mulheres na menopausa no Brasil oitocentista”, ao analisarem uma tese médica de 1849 e a consequente “patologização” da experiência de mulheres. Trajetória e trabalho são os temas discutidos por Ana Victoria Leite Rocha em “Continuidade das estruturas hierárquicas no Pós-Abolição: uma análise da trajetória das mulheres negras recém-libertas no âmbito doméstico”. Enfim, uma variedade de objetos que diversificam as perspectivas diante de mulheres de épocas, lugares e classes distintas, mas merecedoras de romper o silenciamento a que foram relegadas por décadas na historiografia.

O Brasil não deixou de ser pensado em nenhum momento até aqui, mas dois artigos dessa seção foram dedicados especialmente à análise de movimentos importantes para nosso país. “Estado-nação, legislação e políticas de migração no Brasil: a questão da cidadania em tempos de alteridade”, de Fernando Wolf, suscita a questão migratória, as discriminações, as violências e as políticas públicas para discutir o processo de formação da identidade brasileira entre o final do século XIX e início do XX. Aliás, não foram poucos os intelectuais que buscaram uma interpretação de Brasil, alguns deles elencados por Renan Vinicius Magalhães no artigo “Reforma agrária e o Pensamento Agrário Brasileiro nos anos 60: uma análise a partir de Antonio Callado, Caio Prado Júnior e Fernando Ferrari”, no qual a reforma agrária toma corpo para se pensar ruralismo e a concentração de terras no Brasil dos anos 1950 e 60.

Também questões mais abrangentes se descortinam em cenários internacionais considerados nesta seção. Eduardo Lima de Souza, em “Demonstrações de benquerença?: A prática da misericórdia na guerra (Portugal nos séculos XIV e XV)”, coloca em pauta guerras, crises agrícolas e catástrofes naturais para refletir sobre os conceitos de misericórdia e assistência em Portugal. A análise de periódicos retorna em “Circulação de ideais de liberdade e cidadania no Haiti revolucionário: um estudo a partir do periódico Gazette de Saint-Domingue, politique, civile, économique et littéraire (1791)”, de João Vitor Valeriano, com a proposta de investigar as ideias de liberdade e de cidadania em São Domingos durante a Revolução Haitiana, envolvendo também a agência e a experiência de negros escravizados e livres. Por fim, Leonardo Wesley do Santos, em “O Empório de Náucratis: historiografia entre o século XVIII e XXI”, trata de conexões culturais, comerciais e religiosas no Mediterrâneo, com amplo espectro temporal, voltando ao cerne da produção de conhecimento em seu sentido mais amplo.

Temos, portanto, grandes contribuições historiográficas em seus mais diversos âmbitos, mas interpelados por uma questão comum: de que modo as atuais ferramentas historiográficas – teorias, métodos, conceitos, ensino – podem contribuir com um alargamento dos nossos objetos de estudo?

Esta seção, mesmo sendo de Artigos Livres, muito tem a colaborar nesse sentido, oferecendo à leitora e ao leitor um espaço coeso para se pensar a História na profundidade de seus problemas contemporâneos. Esperamos que façam uma boa leitura.